

EDUCAÇÃO DIGITAL, PANDEMIA E DESIGUALDADES DE GÉNERO

Rosário Rosa & Cristina Pereira Vieira

Do silêncio à(s) fala(s) das mulheres em Portugal

«Filha, lembras-te do tempo em que eu passava tardes e tardes costurando?

- Lembro-me, mãe. Éramos tantos filhos, tantas roupas...

- A maior parte das vezes eu só fingia que costurava.

- Fingia? Fingia para quê?

- Os homens não gostam que as mulheres pensem em silêncio. Ficam desconfiados...

- Assim, enquanto eu costurava, o seu pai não suspeitava eu pensava...

Os meus pensamentos viajavam por todo o lado...

Nesses escassos momentos, eu, Constança, era mulher sem ter que pedir licença, existindo sem ter que pedir perdão.»

(Mia Couto, in 'O outro pé da sereia')

A dificuldade da história e dos estudos sobre as mulheres deve-se, em grande parte, à supressão das suas falas e à invisibilidade das suas vidas no espaço público. Nas palavras de Perrot (1998, p.9) “O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada”. A história da humanidade desenhou-se, durante muitos séculos, com uma evidente opacidade em torno das mulheres, resultado e resultante das desigualdades sociais que as foram marcando e subjugando, baseadas numa diferença biológica entre sexos que hierarquizou homens e mulheres, remetendo estas para uma posição de inferioridade. Como refere Lígia Amâncio “embora a mitologia da diferença entre os sexos seja muito antiga, essa permanência ao longo do tempo não explica e muito menos legitima as desigualdades atuais, ao contrário do argumento frequentemente evocado pelos defensores de uma postura passiva e fatalista perante esta questão, e que assim pretendem salientar o naturalismo e a imutabilidade das desigualdades baseadas no sexo (...) é sobre estas clivagens simbólicas que se vai fundamentar a própria sociedade” (1998, p. 80).

Foram necessárias muitas lutas para que estas clivagens se fossem esbatendo, embora ainda exista um longo caminho para que a igualdade de género seja concretizada. Este processo de lutas e transformações sociais, culturais, económicas e políticas em que as mulheres foram conquistando os seus espaços de fala e de existência é muito longo e complexo, não cabendo no propósito deste capítulo o seu aprofundamento. No entanto, importa realçar algumas grandes linhas destes movimentos feministas²⁰, para que possamos enquadrar e contextualizar a reflexão que pretendemos desenvolver neste capítulo.

Recuando no tempo, podemos afirmar que até ao século XIX a educação formal não era considerada importante para as mulheres. A educação que lhes era destinada e valorizada situava-se na esfera doméstica, preparando as mulheres para os papéis sociais para que estavam reservadas: esposas, donas de casa e mães. As diferenças entre homens e mulheres eram assumidas como evidentes e 'naturais', e amplamente visíveis na utilização dos espaços (o espaço privado destinado às mulheres, e o espaço público dominado pelos homens), com as consequentes repercussões nas esferas da educação e do trabalho.

Apenas no século XIX começam a surgir os primeiros movimentos de luta pelos direitos sociais e políticos das mulheres, e a par destes o crescimento da importância da educação formal para as mulheres, mas ainda no intuito de melhorar o seu papel de mães e de educadoras dos seus filhos – *“Apesar dos obstáculos, a alfabetização de mulheres progrediu nas cidades do século XIX. Por volta de 1880, os principais países da Europa haviam implantado ou estavam em vias de implantar um ensino primário (em escolas gratuitas) e secundários acessíveis a elas. A expansão da educação afetou significativamente a vida das mulheres que passaram a ter acesso ao domínio público da cultura e ampliar seus horizontes.”* (Bassanezi & Pedro, 2014, p. 275)

A denominada primeira vaga feminista iniciou-se, assim, na Europa, entre os séculos XIX e XX, com o principal objetivo de lutar pelos direitos civis básicos como o direito ao voto, a emancipação feminina e o acesso à educação. Na base deste movimento existia já uma clara mensagem de combate da naturalização das desigualdades existentes entre homens e mulheres e da ideia de inferioridade a que as mulheres eram associadas. Posteriormente, já no século XX, entre os anos 60 e 80, surge a denominada segunda vaga, com um grande foco nas desigualdades culturais e no papel das mulheres na sociedade, com lutas centradas na melhoria das condições laborais e também nos direitos sexuais e reprodutivos. A terceira vaga surge

²⁰-Não existindo uma definição consensual de feminismo, adotamos a expressão 'feminismos' que consideramos mais adequada, assumindo o sentido genérico descrito por Sylvia Walby (2011) que considera feministas as pessoas e/ou os projetos que procuram a redução das desigualdades de género.

nos anos 80, 90 do século XX e associa-se à rejeição das grandes narrativas e ao reforço do conceito de género. Este movimento trouxe a público a discussão sobre a inexistência de uma condição feminina hegemónica, única, reforçando a diversidade de discursos, experiências e práticas. Este longo processo, impulsionado pelas diferentes fases/vagas feministas foi fundamental para a desconstrução de várias ideias - nomeadamente as que atribuíam papéis sociais, profissões e atributos exclusivamente às mulheres ou aos homens, interditando e/ou limitando uns e outros de algumas esferas da vida – tendo contribuindo fortemente para o combate das desigualdades de género.

No entanto, apesar de já termos percorrido um longo caminho em matéria de igualdade de género, no mundo e em Portugal, muitas desigualdades, que se podem considerar como estruturais, ainda persistem, espelhando-se, nomeadamente, numa posição enfraquecida e desigual das mulheres face ao trabalho e ao emprego comparativamente aos homens. A normatividade social que subjaz à divisão do trabalho continua a ter por base papéis de género diferenciados e hierarquizados, ainda construídos a partir das diferenças de sexo.

No nosso país, a igualdade entre mulheres e homens constitui-se como uma preocupação do Portugal democrático. Em termos constitucionais, a lei geral da República de 1976 vem estabelecer a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios e a revisão constitucional de 20 de setembro de 1997 vai mais longe definindo a promoção da igualdade entre homens e mulheres como tarefa fundamental do Estado.

É de assinalar, ao nível dos instrumentos de política nacionais nesta matéria, que Portugal tem, desde 1997, planos nacionais para a promoção da igualdade de género. O primeiro destes planos foi o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades, que pela primeira vez definiu algumas medidas com o grande objetivo de *“Integrar o princípio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todas as políticas económicas, sociais e culturais”* (PCM, 1997).

Seguiram-se sucessivos Planos para a Igualdade, que foram acrescentando e ajustando medidas no sentido de combater as desigualdades de género, sendo o Plano atualmente vigente aprovado pelo Conselho de Ministros n.º 61/2018 e intitulado como ‘Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual (ENIND, 2018)’. A estratégia definida na ENIND passa pela eliminação dos estereótipos de género que estão na origem das discriminações em razão do sexo diretas e indiretas que impedem a igualdade substantiva entre mulheres e homens, reforçando e perpetuando

modelos de discriminação históricos e estruturais.

A ENIND inaugura um novo ciclo nas políticas públicas neste domínio, fornecendo aos Planos de Ação Nacionais uma visão de conjunto, consubstanciando-se numa “abordagem integrada [que] potencia a colaboração e coordenação de esforços, valorizando uma visão comum que simultaneamente tenha um efeito mais estruturante e sustentável no futuro que se pretende construir” (ENIND, 2018, p. 2).

Os instrumentos de política nacionais têm procurado estar articulados com as principais diretrizes internacionais nesta área, como é o caso do Tratado de Amsterdão, que introduziu, a igualdade entre homens e mulheres e a eliminação da desigualdade entre os sexos como objetivo transversal das políticas da União Europeia e dos seus Estados-Membros. Igualmente importantes para a definição das políticas nacionais nesta área foram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher – CEDAW (UNGA, 1979), a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (UN, 1995) e a Convenção de Istambul (Conselho da Europa, 2011).

Atualmente, a igualdade entre homens e mulheres é considerada um requisito essencial de progresso e bem-estar e do funcionamento democrático das sociedades. Esta preocupação está também presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados pelas Nações Unidas (2015-2030) assim como na Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade de Género (2018-2030).

Neste contexto, a proposta deste capítulo é refletir sobre o papel da educação no combate às desigualdades e no empoderamento das mulheres, cruzando-a com algumas das desigualdades de género estruturais que continuam a afetar a vida das mulheres em Portugal. Daremos ainda destaque ao contexto de crise gerado pela pandemia da Covid-19, e às consequentes transformações ocorridas no ensino, que trouxeram a público alguns dos constrangimentos e potencialidades da educação digital, contribuindo para o debate sobre o papel deste tipo de educação no empoderamento das mulheres.

DESIGUALDADES DE GÉNERO: DIMENSÕES DE MUDANÇA E DE RESISTÊNCIA

Neste ponto do capítulo iremos desenvolver uma contextualização histórica e social do papel da educação no combate às desigualdades de género, focando, por um lado, as grandes transformações ocorridas no acesso e presença das mulheres na esfera educativa, e por outro, a falta de

correspondência entre estes avanços e a situação das mulheres no mundo do trabalho, que continua a marcar fortes desigualdades, tornando-as mais vulneráveis a situações de crise, de que é exemplo a pandemia da Covid-19.

AS MULHERES E A EDUCAÇÃO

A educação desempenha um papel muito importante na construção de conhecimento e na capacitação das mulheres para realização de escolhas e opções informadas. Neste sentido, percebemos que as mulheres ao serem afastadas do acesso à educação e ao pensamento informado veem-se confrontadas com dificuldade em gerir os ambientes de ambivalência e as diferentes oportunidades e riscos (Beck, 2000).

Em Portugal, à semelhança do que se passava na Europa, o acesso à instrução constituiu uma das principais reivindicações do séc. XIX, sendo a principal exigência do movimento feminista português desta época: *“Começando por ser considerado uma necessidade social, imprescindível à consolidação do estado-nação, converteu-se, no final de oitocentos, na principal exigência do movimento feminista português”* (Vaquinhas, 2009, p. 251).

Apesar de algumas transformações já ocorridas, o acesso mais alargado das mulheres à educação só acontece a partir da segunda metade dos anos 70 do século XX, época marcada pela instauração da democracia portuguesa, que permitiu que as mulheres vissem alterada a sua condição social em vários domínios, nomeadamente: *“ (...) i) ser-lhes aberto o acesso a todas as carreiras profissionais; ii) ser-lhes alargado o direito de voto; iii) ser retirado aos maridos o direito de lhes violar a correspondência e não autorizar a saída do país; iv) ser alargada a licença de maternidade para 90 dias; v) ser reconhecida constitucionalmente a igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas (...)”* (Ferreira, 1999, p. 2).

Estas transformações contribuíram para que progressivamente se observasse uma diminuição das taxas de analfabetismo e o aumento da escolarização das mulheres em Portugal. A título de exemplo podemos referir que em 1970, a população feminina analfabeta com 10 ou mais anos era de 1 154 220 mulheres, enquanto em 2011, este número já tinha diminuído para 340 231 mulheres (Tabela 1). No entanto, se compararmos os dados de homens e mulheres, observamos que as mulheres analfabetas ainda são cerca do dobro dos homens em igual situação.

| ANOS | SEXO | | |
|------|-----------|-----------|-----------|
| | Total | Masculino | Feminino |
| 1970 | 1 795 210 | 640 990 | 1 154 220 |
| 1981 | 1 520 474 | 532 704 | 987 770 |
| 1991 | 955 571 | 317 525 | 638 046 |
| 2001 | 838 140 | 281 889 | 556 251 |
| 2011 | 499 936 | 159 705 | 340 231 |

Tabela 1. População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos: total e por sexo; Fonte: PORDATA

Também os níveis de educação superior reforçam esta evolução positiva da situação das mulheres face à educação, como podemos observar na tabela seguinte.

| ANOS | SEXO | | |
|------|-----------|-----------|----------|
| | Total | Masculino | Feminino |
| 1960 | 49 065 | 38 345 | 10 720 |
| 1970 | 49 375 | 34 710 | 14 665 |
| 1981 | 155 284 | 100 515 | 54 769 |
| 1991 | 284 075 | 149 896 | 134 179 |
| 2001 | 674 094 | 283 117 | 390 977 |
| 2011 | 1 244 742 | 490 405 | 754 337 |

Tabela 2. População residente com 15 e mais anos, segundo os Censos, com o ensino superior completo: total e por sexo; Fonte: PORDATA

Observamos que a população feminina que completou um nível superior de estudos aumentou significativamente (cerca de sete vezes) entre 1960 e 2011, enquanto a masculina também aumentou, mas de forma menos significativa. Assim, atualmente existem muito mais mulheres com o ensino superior (754 337), do que homens (490 405). Também ao nível dos doutoramentos se observa a mesma tendência, com mais de metade (53%) dos doutoramentos a serem atualmente realizados por mulheres, valor acima do da União Europeia que é de 48% (Eurostat, Pordata).

Assim, temos assistido a uma feminização crescente da educação em Portugal, sobretudo ao nível do ensino superior, fenómeno que sendo extensível à Europa, assume uma especial expressão no nosso país, pela sua extensão a praticamente todos os ramos de ensino²¹ (Ferreira, 1998, p. 4).

RESISTÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO

Apesar desta feminização crescente na esfera da educação que observámos anteriormente, ainda persistem múltiplas desigualdades conjunturais e estruturais que marcam as suas vidas e inferiorizam os papéis desempenhados por estas, quando comparadas com os homens.

O mundo do trabalho constitui um dos setores onde estas desigualdades de género são maiores e mais enraizadas, com impactos muito significativos na vida das mulheres. Sabemos que o trabalho constitui um dos núcleos centrais do nosso território existencial. É o trabalho que estrutura grande parte da organização social em que estamos integrados, é o trabalho que organiza o nosso calendário, que marca os nossos tempos de lazer e de descanso, que promove uma grande parte das nossas interações sociais, que nos permite a independência económica, sendo igualmente uma fonte significativa de realização e crescimento pessoal.

Neste sentido, as desigualdades sentidas nesta esfera da vida afetam, inevitavelmente, todas as outras dimensões, neste caso, agravando as vulnerabilidades das mulheres. Importa, assim, evidenciar alguns dados que retratam algumas destas desigualdades, nomeadamente as que se relacionam com: as disparidades salariais; a segregação sexual das profissões; o acesso a cargos de direção/chefia; e ainda a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal (Fig.1).

²¹ - Com exceção da 'Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção', cuja taxa de feminização, em 2021, é de 27,1% (Fonte: PORDATA).



Fig.1. Esquema de síntese das desigualdades de gênero na esfera do trabalho

Uma das desigualdades de gênero mais marcantes diz respeito às disparidades salariais. Apesar de ter vindo a ser feito um investimento importante ao nível das políticas públicas a este nível, e de existir uma tendência de diminuição destas diferenças, ainda em 2018 a diferença salarial entre homens e mulheres era de 14, 4%. Isto equivale a uma média de 52 dias de trabalho não pago às mulheres. Este diferencial salarial é proporcional aos níveis de qualificação: “(...) quanto mais elevado é o nível de qualificação, maior o diferencial salarial (a maior amplitude é observada no caso dos quadros superiores, onde a remuneração média das mulheres era 26,4% inferior á dos homens e o ganho médio é inferior em 27,9%, em 2015)” (Casaca & Perista, 2017, p. 6).

No entanto, a segregação sexual horizontal, é o fator que mais explica o diferencial salarial entre homens e mulheres: “(...) os setores que têm uma maior contribuição para o aumento do diferencial salarial de gênero são, por um lado, os setores muito feminizados (tais como os têxteis ou os serviços) ou por outro lado, os que têm uma elevada concentração de trabalhadores do sexo masculino (como é o caso dos transportes)” (Ibidem:6). Acresce que esta segregação sexual do emprego não evidencia grandes sinais de abrandamento. As mulheres ainda estão muito centradas no setor secundário e terciário, sendo estas a desempenhar a maioria dos trabalhos não qualificados, e conseqüentemente mais mal remunerados. Do mesmo modo, e apesar

de sabermos que são as mulheres que hoje predominam no ensino superior, ainda estão muito ligadas a cursos associados ao cuidado e à educação, por contraponto aos homens que são predominantes nos cursos de engenharia, indústrias transformadoras e construção. Existem várias razões para esta segregação, de ordem histórica, cultural e social, que vão desde os modos como se organizam e estimulam as brincadeiras e os brinquedos dos meninos e meninas nos processos de socialização primária, até à persistente menorização social das profissões associadas ao cuidado, porque ainda remetem para a esfera doméstica e para o domínio privado.

Outra das desigualdades que continua a penalizar as mulheres, apesar de algumas medidas ao nível político de combate, é o acesso aos cargos de chefia e de direção. Sabemos que com as leis da paridade, esta desigualdade tem sido esbatida, uma vez que existem quotas para cada um dos sexos nos órgãos de decisão política e da administração pública. Mas em todos os outros setores, os cargos de chefia continuam a ser ocupados sobretudo por homens.

Natabela seguinte, podemos observar um ligeiro aumento da percentagem de mulheres que ocupam cargos de chefia entre 2011 e 2021, mas a proporção de homens ainda representa quase o dobro das mulheres, quando sabemos que a população empregada em Portugal é maioritariamente feminina.

| PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS | SEXO | % |
|---------------------------------|------|-----|
| 2021 | HM | 4,7 |
| | H | 5,7 |
| | M | 3,6 |
| 2011 | HM | 3,2 |
| | H | 4,6 |
| | M | 1,8 |

Tabela 3. Proporção da população empregada com cargos de chefia (Série 2021 - %) por Sexo; Fonte: INE, Inquérito ao emprego

Outra desigualdade que merece um especial destaque neste texto, porque é uma das que tem maior impacto na vida das mulheres, diz respeito à conciliação entre a vida profissional e a vida privada. Dados do 'Inquérito aos usos do tempo' (Perista et al, 2016) mostram-nos, por exemplo, que uma mulher despende mais 1h12min por dia em tarefas domésticas do que um homem. Se alargarmos isto para todo o trabalho não pago que inclui, por exemplo, os

cuidados com terceiros, esta diferença aumenta para uma 1h45m. E se olharmos aos cuidados com os filhos menores de 3 anos, em 83,2% das famílias, são as mulheres que assumem essa responsabilidade; apenas em 14,2% dos casos esta tarefa é partilhada, e apenas em 2,6% esta é assumida pelos homens.

Todos estes fatores adensam as desigualdades de género colocando as mulheres numa situação de maior fragilidade. Em Portugal, o Relatório de 2021 do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza refere que a população feminina continua a ter uma maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. Nomeadamente, quando mostra que 55% das pessoas pobres em Portugal são mulheres. Ou seja, o que percebemos é que o risco de pobreza entre as mulheres continua elevado e esta vulnerabilidade é, sem dúvida, uma preocupação que temos presente em Portugal (ONLCP, 2021).

O IMPACTO DA PANDEMIA NA VIDA DAS MULHERES

Todos os pontos referidos anteriormente foram agravados durante o período de crise vivido pela pandemia da COVID-19. Ainda que inicialmente esta doença tenha sido percebida como uma enfermidade democrática, ou seja, transversal a todos os grupos sociais (por exemplo, em Portugal, uma das primeiras pessoas a morrer foi um reconhecido banqueiro), rapidamente percebeu-se que este era um “vírus seletivo”, dado que esta situação veio agravar e transformar o contexto de pobreza e exclusão social. Um novo contexto de vida, fez desencadear várias crises em diferentes sectores da sociedade (alguns dos quais já muito debilitados), deixando a descoberto algumas das fragilidades já sentidas na sociedade portuguesa.

Assim sendo, passou-se a considerar este “vírus social” como diferenciador, dado que veio afetar os vários grupos de pessoas de forma distinta, intensificando as vulnerabilidades da sociedade portuguesa e deixando transparecer impactos graves. Nomeadamente, o Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza (ONLCP), em 2020, mostra que os grupos com maior vulnerabilidade e taxas de risco de pobreza ou exclusão social, são: as mulheres (22.2%); as crianças(22.3%); as famílias monoparentais (43%); as famílias com dois adultos e três ou mais crianças(36.2%); as pessoas isoladas (31.3%); os desempregados (59.9%); os outros inativos (40.7%); as pessoas com apenas o ensino básico (27.3%); as pessoas com grau de incapacidade severo (31.4%) ou com algum grau de incapacidade (27.8%); os estrangeiros de países extracomunitários (31.7%); os arrendatários com rendas a preço reduzido ou gratuita (38.5%); os arrendatários

com renda a preço de mercado (28.7%); e a população das áreas pouco povoadas (25.5%).” (ONLCP, 2020: 6). Neste recorte, o ONLCP (2020) deixa perceber que os grupos mais fragilizados são grupos de pessoas com trabalhos precários, informais, autónomos, frequentemente associados à dita economia paralela, ou seja, pessoas sem estabilidade social e económica e por isso mais expostas ao risco de pobreza ou exclusão social.

Muitas destas pessoas são também as que apresentam um baixo grau de escolaridade e que têm piores condições de vida - frequentemente materializada, entre outras, pela falta de condições de habitabilidade e por um acesso mais débil aos serviços de saúde. Este vírus oportunista entrou nas vidas das pessoas mais frágeis, mais desprotegidas e muitas vezes socialmente invisíveis. Algumas das quais nunca foram consideradas para a saúde pública, senão como ameaças, e para quem as regras de proteção recomendadas pela OMS²² não são urgentes, possíveis ou até viáveis – como por exemplo as pessoas em situação de sem-abrigo.

Neste recorte das pessoas mais frágeis e expostas ao risco da doença e de pobreza estão as mulheres, uma vez mais, são elas que acumulam um conjunto de vulnerabilidades e explicam de forma particularmente evidente o modo como as medidas de combate ao vírus também podem acentuar discriminações. Tendo por referência as múltiplas desigualdades de género, as mulheres viveram a quarentena de forma particularmente difícil, pois foram elas, assumindo o papel tradicional de cuidadoras, que prestaram os cuidados dentro e fora das famílias (Vieira & Duarte, 2021). Nestes contextos, e tal como já referimos neste capítulo, as desigualdades pré-existentes da carga horária de trabalho não pago foram agravadas pela situação de teletrabalho, que acumularam com todas as outras tarefas (educação filhos e organização da casa) - que representam, para as mulheres, uma afetação de tempo diário de 4 horas e 23 minutos e, para os homens, de 2 horas e 38 minutos (Perista *et al*, 2016, p. 8). Também sabemos que foram as mulheres que mais sofreram com as forçadas *lay off* e ao nível das Trabalhadoras por Conta de Outrem foram as mulheres o grupo com maior risco de pobreza monetária (9.1%) (ONLCP, 2020, p. 16).

Assim sendo, o confinamento ao espaço casa, não só deixou perceber um acréscimo de trabalho, como já vimos, quer pela persistência de uma feminização do cuidado, quer pela desigualdade na distribuição de tarefas, mas também gerou uma preocupação acrescida para com as vítimas de violência doméstica e género. Este tipo de violência sistémica e estrutural,

²² <https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>

tende a agudizar-se após longos períodos de convivência familiar, ocorrendo muitos assassinatos de mulheres precisamente durante estes períodos²³.

O contexto de isolamento social propiciou momentos de convivência prolongada entre agressor e vítima, com a agravante de ser marcado por stress provocado pela incerteza e, em muitos casos, pela instabilidade financeira.

Embora as denúncias pelo crime de violência doméstica não tenham conhecido picos em 2020 (Sistema de Segurança Interna, 2021)²⁴, é necessário olhar criticamente para estes dados e pensar neste crime para lá dos números – até porque a violência doméstica é um crime que tarda em ser denunciado (Duarte, 2013). Daniel Cotrim, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), acrescenta uma explicação para estes números: “As pessoas estavam obrigadas ao confinamento, havendo uma maior dificuldade por parte das vítimas em pedir ajuda. Verificámos também um novo tipo de situação, com a pandemia a trazer várias dificuldades económicas e sociais e, portanto, um efeito semelhante àquele que aconteceu na altura da crise económica.

A pandemia ataca fortemente as mulheres e as que estavam em situação de risco elevado tinham muito medo de sair de casa e procurar abrigo.”²⁵. Neste sentido, o confinamento não só permitiu o agravamento de formas de violência já existentes, como abriu espaço para novas formas de controlo, abuso e manipulação - com um maior controlo do agressor sobre a vítima, o que reforça a já existente assimetria de poder, afetando a saúde física e mental da vítima (Duarte, 2020).

Da mesma forma se procedermos a um recorte sobre o espaço público, este permite entender, igualmente, os impactos da COVID-19 na desigualdade de género. Isto porque houve um acréscimo de trabalho também no espaço exterior à casa, dado que, muitos dos serviços que foram considerados essenciais, e que se mantiveram de forma presencial (tais como: profissões na área da saúde, a prestação de cuidados e a assistência social, o trabalho nos hipermercados ou os serviços de limpeza...), foram assegurados pelas mulheres e exigiram um esforço acrescido quer ao nível das horas de trabalho, dos turnos e dos fins-de-semana.

Para além das referidas desigualdades estruturais da esfera económica e no mercado de trabalho, com a pandemia revelou-se, ainda, uma preocupação acrescida no plano da segurança das mulheres, quando se movimentavam pelas ruas vazias – com manifestação de medos associados à prevalência do exercício do poder masculino, moldado pelo heteropatriarcado. Por tudo isto, reforçamos que esta crise pandémica, em contexto de espaço

²³ <http://www.umarfeminismos.org/index.php/observatorio-de-mulheres-assassinadas>

²⁴ <http://www.umarfeminismos.org/index.php/observatorio-de-mulheres-assassinadas>

²⁵ <https://www.gqportugal.pt/violencia-domestica-na-pandemia>

privado e público, foi particularmente injusta para as mulheres, mostrando que o género permanece como um fator de vulnerabilidade acrescida, tal como sumariamente apresentamos na figura 2.

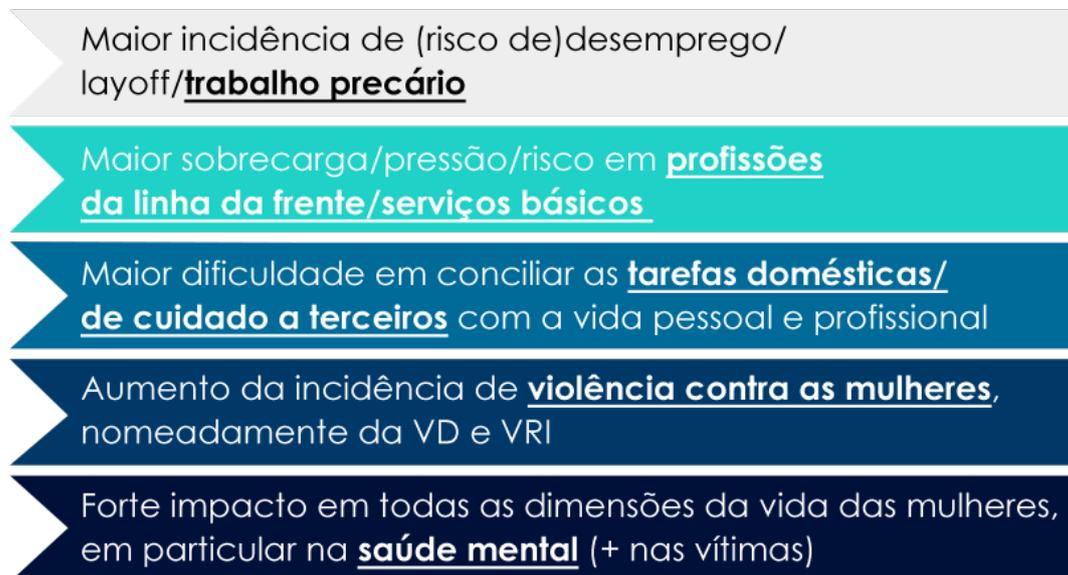


Figura 2. Esquema síntese do impacto da pandemia de Covid-19 na vida das mulheres

A EDUCAÇÃO DIGITAL NO EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Como vimos anteriormente, a educação constitui uma das mais importantes ferramentas, na promoção de oportunidades ao longo da vida. Esta ideia está plasmada na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentados, que ao definirem as prioridades do desenvolvimento global, insistem na educação como garantia de inclusão, equidade e redução das desigualdades (UN, 2022). Ou seja, ao impulsionar o acesso à educação formal das mulheres estamos a capacitar e a empoderar as mulheres, em resultado de um mundo melhor.

Contudo, quando olhamos para esta questão de forma mais abrangente percebemos que persistem desigualdades entre as diferentes regiões, países e populações e nestas disparidades há um recorte de género muito acentuado.

O Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020 refere que a “parcela de mulheres adultas analfabetas permaneceu constante pelos últimos 20 anos, em cerca de 63%. E em 2018, menos de 80 mulheres adultas eram analfabetas para cada 100 homens adultos em 12 países, a maioria da África Subsaariana.” (UNESCO, 2020, p.1). Os números mostram que as taxas de alfabetização para as mulheres dos países mais pobres são mais baixas

(54%) e a situação piora nos países vulneráveis e afetados por conflitos (56%). Muitas destas percentagens deixam transparecer situações de pobreza e discriminação social e com um olhar interseccionado, efetivamente, percebemos como a questão de género interage com outras desvantagens no agravamento da segregação à educação (UNESCO, 2020). O Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020, vem ainda reforçar que entre os países pobres, a maioria da África Subsaariana (Afeganistão, Benim, República Centro-Africana, Chade e Mália) as taxas de alfabetização das mulheres estavam a abaixo de 30% . Este relatório mostra, por exemplo, que na Guiné 4% das mulheres, com idades entre 15 e 49 anos, tinha frequentado o ensino até 3º ciclo e, especificamente, em cada 6 mulheres 1 era capaz de ler uma frase sem dificuldades.

Verificando que as mulheres mais desfavorecidas apresentam mais dificuldades em termos de capacidades de leitura e escrita. Em 59 países, mulheres, com idades entre 15 e 49 anos, oriundas de grupos sociais mais pobres têm probabilidade quatro vezes mais de serem analfabetas do que as oriundas de grupos sociais mais ricos (idem). Ou seja, em todo o mundo, a situação das mulheres é pior do que a dos homens e esta situação complica-se quando se trata de mulheres que pertencem a minorias, são idosas, são portadoras de deficiência, são migrantes e refugiadas. Esta situação reforçada pelo Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (2020), onde percebemos como o índice de pobreza multidimensional global, coloca as mulheres num patamar de grande fragilidade.

Para além destas preocupações fazerem parte da agenda social e política, elas integram igualmente as orientações estratégicas definidas pela Universidade Aberta, nomeadamente com a participação de estudantes da comunidade de língua portuguesa, especificamente no continente africano e no Brasil.

Assim, no cenário que vivemos atualmente, em que as pressões características da vida moderna impostas às mulheres se agravam, a par destas múltiplas desigualdades estruturais que ainda persistem, a educação digital, nomeadamente a educação a distância (EaD), tem vindo a ganhar visibilidade e importância, surgindo como uma alternativa ou complemento ao ensino presencial, mais flexível e económica, por evitar o deslocamento espacial e permitir uma gestão mais autónoma do tempo.

Alguns autores referem que a história internacional da EaD é marcada

por três grandes períodos: o primeiro relacionado com os cursos por correspondência; o segundo já com recurso aos media, às tecnologias e ao surgimento das universidades abertas; e o terceiro, onde nos inserimos atualmente, caracterizado pelo ambiente online/digital (Carrare & Rosa, 2019, p. 37). Este 'novo mundo' digital abre novos caminhos para o empoderamento de grupos mais vulneráveis da população, onde as mulheres se integram. A própria União Europeia reconhece o potencial destas novas tecnologias para a emancipação das mulheres: "*Considerando que estas evoluções possuem um enorme potencial de emancipação das mulheres, proporcionando-lhes acesso à informação e ao conhecimento por meios que não os convencionais, oferecendo uma plataforma de expressão que pode inspirar outros a agir e abrindo novas oportunidades de interação e de campanha em defesa dos direitos e liberdades não só das mulheres, das jovens e das pessoas LGBTI, mas também das pessoas com necessidades especiais, como as pessoas portadoras de deficiência; que a participação ativa das mulheres na sociedade da informação não é apenas uma questão de justiça e igualdade, contribuindo igualmente para a melhoria das condições sociais e económicas na sociedade e para a competitividade da EU (...)*"²⁶ (PE, 2016)

Atualmente a educação digital já atinge milhões de pessoas em todo o mundo, oferecendo novas possibilidades educativas e pedagógicas: "*(...) Surge um novo território para a educação, o espaço virtual da aprendizagem, digital e com base na rede. Aparecem também várias associações de instituições de ensino à distância. Passa-se simultaneamente a conceber um novo formato para o processo e ensino-aprendizagem aberto, centrado no aluno, interativo, participativo e flexível.*" (Mattar, 2011, p. 6). Este desenvolvimento e expansão da educação digital é fundamental para o fortalecimento da cidadania e da participação, sobretudo dos grupos ainda deficitários em matéria de participação democrática como é o caso das mulheres: "*(...) o binómio digitalização e democracia direta facilita o envolvimento direto das mulheres, fora dos esquemas tradicionais da política, com a sua plena e ampla participação;*"²⁷ (PE, 2016)

A UNIVERSIDADE ABERTA E A POPULAÇÃO ESTUDANTIL FEMININA

Uma das formas de contrariar o ciclo de pobreza feminino, passa, como temos vindo a referir, por investir na educação formal e na capacitação das mulheres. A Organização das Nações Unidas, no dia 8 de setembro, de 2021,

²⁶ - A-0048/2016 - Relatório sobre a Igualdade de Género e a Autonomia das Mulheres na Era Digital (2015/2007(INI), da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, disponível em língua portuguesa em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2016-0048_PT.pdf, acedido em 20.05.2022, p.6

²⁷ - A-0048/2016 - Relatório sobre a Igualdade de Género e a Autonomia das Mulheres na Era Digital (2015/2007(INI), da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, disponível em língua portuguesa em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2016-0048_PT.pdf, acedido em 20.05.2022, p.9

dia Internacional da Alfabetização²⁸, veio destacar a importância do acesso às ferramentas digitais, evidenciando como estas ferramentas podem ser uma possibilidade de aproximação ao conhecimento entre as populações mais pobres e conseqüentemente também para as mulheres.

A Universidade Aberta, de Portugal, (UAb) tem tido um papel central no ensino digital e em rede, quer a nível nacional, quer internacional - nomeadamente entre a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Adotando um ensino adaptado aos contextos digitais (sem fronteiras física e com tempos assíncronos), permite que as e os estudantes façam a gestão das suas vidas do quotidiano acelerado, permitindo retomar os estudos (Pereira et al, 2007). Neste contexto, as mulheres no desempenhando do quotidiano, vão reequacionando, a partir dos diferentes papéis sociais multicontextualizados, as suas trajetórias de vida e encontram na UAb uma oportunidade de aprendizagem ao longo da Vida (ALV). E ainda que a interação seja feita no contexto digital há na UAb, simultaneamente, uma aproximação às comunidades locais, pelos Centro Locais de Aprendizagem (CLA), onde em parceria com as entidades locais permite estabelecer uma educação mais próxima das realidades, estabelecendo uma dinâmica da comunidade local para o mundo e do deste para o local.

A partir daqui desenvolve-se um conjunto de competências formais e informais, com impacto direto na vida das pessoas em geral e das mulheres em particular. O Observatório dos Percursos Profissionais e de Vida dos Diplomados da Universidade Aberta, no relatório realizado a partir de um estudo com 35% diplomadas/os em 2016, 2017 e 2018, mostrou que a maioria das pessoas graduadas, neste período, na UAb, foram mulheres (56,6 %). Neste contexto, o que percebemos é que as mulheres têm vindo a procurar aumentar as suas competências para progredir na carreira ou encontrarem uma oportunidade de completar o ensino superior – com vários estudantes a testemunharem que depois da conclusão da licenciatura, procuram dar continuidade à sua formação académica, com frequência em pós-graduação, mestrado e doutoramento. Este relatório mostra como o facto de estudar na UAb poderá ser interpretado como um fator de motivação para continuar os estudos, desenhando projetos formativos para um futuro próximo. Neste sentido, e tratando-se de pessoas adultas, maduras, com um percurso e trajetória de vida assumindo múltiplos papéis sociais fazem um esforço acrescido, mas manifestam vontade em desenvolver projetos formativos para os próximos anos, adequando-os aos seus interesses e/ou necessidades.

²⁸ <https://news.un.org/pt/story/2021/09/1762272>

NOTAS CONCLUSIVAS

A educação é o mais poderoso instrumento de empoderamento das mulheres, porque é através da educação que estas podem resistir à exploração, ganham consciência dos seus direitos e ficam capacitadas para lutar contra todas as formas de desigualdade que foram anteriormente referidas.

De referir também que embora seja muito positivo o alargamento do acesso e da escolarização das mulheres, não é suficiente que a escola e as universidades recebam e diplomam mais mulheres. Há todo um trabalho por desenvolver e aprofundar no sentido do reforço de uma educação mais sensível ao género, desde o nível básico de escolaridade até ao superior. *“Trata-se de assegurar que a escola exerça, também no que ao género diz respeito, o papel emancipatório que dela se espera, através do conhecimento sobre o mundo que nela se partilha e se constrói. No essencial, trata-se de integrar a mesma valorização social, tanto para raparigas como para rapazes, das competências e dos saberes necessários às diferentes dimensões da vida humana, conferindo igual valor às esferas do público e do privado (...)”* (Alvarez, 2019, p. 21).

O ensino presencial tradicional, sendo fundamental em todo este processo de empoderamento e no combate às desigualdades de género, é um processo que nem sempre está acessível a todas as mulheres, sobretudo quando nos referimos aos níveis superiores de ensino. Deste modo, a educação digital constitui, cada vez mais, uma importante alternativa para muitas mulheres, porque implica menores recursos económicos, permite uma maior flexibilidade de tempo e uma maior autonomia no estudo/trabalho, como também constitui uma plataforma com um enorme potencial para o reforço da capacitação digital e da educação sensível ao género, combatendo estereótipos e preconceitos.

De resto, esta tem sido uma preocupação presente nas políticas públicas da União Europeia, com recomendações para que os Estados-Membros reforcem a capacitação digital com uma perspetiva de género: *“Considerando que a competência digital se traduz na capacidade para adquirir, processar e comunicar informação digital e é afetada pelo contexto sociocultural e económico; que as mulheres passam mais tempo do que os homens na prestação de cuidados e na realização de tarefas domésticas não remuneradas; que isto limita o seu tempo livre, o tempo de trabalho remunerado ou as oportunidades para adquirirem aptidões digitais e competências na utilização da Internet; que as ações destinadas a aumentar a sensibilização, desafiando estereótipos e*

normas de género, e a alcançar uma melhor redistribuição dos cuidados não remunerados de crianças e do trabalho doméstico possibilitariam uma maior participação das mulheres nos mercados de trabalho e na formação (digital), permitindo-lhes ainda melhorar as suas competências digitais (...) solicita à Comissão e aos Estados-Membros que tenham em conta a perspetiva de género na elaboração das políticas de educação digital (...)”²⁹ (PE, 2019).

Desta forma, este capítulo pretende contribuir para a recuperação e fortalecimento das vozes das mulheres de que somos todos/as devedores: “Partindo do pressuposto de que o silenciamento é uma forma de perda de identidade, a história das mulheres tem procurado recuperar a voz feminina como coletivo social no passado e afirmar a presença e o contributo das mulheres para o processo histórico”. (Vaquinhas, 2000, p. 242)

Em jeito de conclusão, partilhamos a mensagem do Secretário-Geral da ONU, António Guterres - a 8 março de 2022, Dia Internacional da Mulher: “As consecutivas crises dos últimos anos evidenciaram como a liderança das mulheres é mais crucial do que nunca. As mulheres enfrentaram heroicamente a pandemia da covid -19 (...) No entanto, ao mesmo tempo, foram as primeiras a perder os empregos ou a sair da escola, a prestar mais cuidados não remunerados e a enfrentar níveis vertiginosos de abusos domésticos (...).

A pandemia evidenciou mais claramente uma verdade antiga: as raízes do patriarcado são profundas. (...) Ao olharmos para o futuro, uma recuperação sustentável e igualitária para todos só é possível se for uma recuperação no feminino – centrada no progresso das meninas e das mulheres.³⁰

²⁹ Relatório - Colmatar o fosso digital entre homens e mulheres: participação das mulheres na economia digital. (2019/2168(INI)). Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2020-0232_PT.html

³⁰ <https://www.plataformaongd.pt/noticias/dia-internacional-das-mulheres-2022-igualdade-de-genero-para-um-futuro-sustentavel>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarez, T. (2019). Reflexões sobre a igualdade entre mulheres e homens: conhecimento, educação e formação. In Martins, R. e Nascimento, A. (coords). 31 Desafios para o ensino superior – ensaios. Funchal: Imprensa Académica.

Amâncio, L. (1998). Sexismo e racismo- dois exemplos de exclusão do outro. In H. G.

Araújo, P. M. Santos & P. C. Seixas (Coord.). Nós e os Outros: a exclusão em Portugal e na Europa. Porto: SPAE.

Bassanezi, P.; Pedro, J.M. (2014). Igualdade e Especificidade. História e Cidadania. São Paulo: Contexto.

Beauvoir, S. (1970). O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Beck, U. (2000), 'A reinvenção da política', in Beck, U., Giddens, A. and Lash, S. (eds.), *Modernização reflexiva*, Oeiras, Celta Editora.

Carrare, A.P.; Rosa, N.C.G. (2019). A Importância do Ensino à Distância na Educação das Mulheres: Mundo Académico e Inserção no Mercado de Trabalho. *Pluri. Educação: Jogos e Gamificação - Dossiê*. São Paulo, n.2, p.135-146.

Casaca, S.; Perista, H. (2017). Como explicar o persistente diferencial salarial em desfavor das mulheres? Um contributo com base as dinâmicas laborais recentes em Portugal. *SOCIUS/CSG Working Papers*, nº 1.

Conselho da Europa. (2011). Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul). Council of Europe Treaty Series No 210.

Conselho da Europa. (2018). Estratégia do Conselho da Europa para a Igualdade de Género (2018-2030).

Duarte, M. (2013), "O lugar do Direito na violência contra as mulheres nas relações de intimidade", *Revista Género & Direito*, 1, 25-45

Duarte, M. (2020), *O Impacto da COVID-19 na violência nas relações de intimidade: pistas para reflexão*, in Renato Miguel do Carmo; Inês Tavares; Ana Filipa Cândido (org.), *Um Olhar Sociológico sobre a Crise COVID-19*. Lisboa: Observatório das Desigualdades, 148-157

ENIND (2018). Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual.

Ferreira, V. (1998). *As mulheres em Portugal: situação e paradoxos*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Mattar, J. (2011). *Guia de Educação a Distância*. Cengage Learning.

Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030)*

ONLCP - Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza (2020). *Pobreza e exclusão social em Portugal – relatório 2020*. EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza).

ONLCP - Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza. (2021). *Pobreza e exclusão social em Portugal – relatório 2021*. EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza).

PCM (1997). *Plano Global para a Igualdade de Oportunidades*

PE (2007). *Relatório sobre a Igualdade de Género e a Autonomia das Mulheres na Era Digital (2015/2007(INI))*, da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, disponível em língua portuguesa em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2016-0048_PT.pdf.

PE (2019). Relatório - Colmatar o fosso digital entre homens e mulheres: participação das mulheres na economia digital. (2019/2168(INI)).Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros

Pereira, A.; Mendes, A.Q.; Morgado, L.; Amante, L.; Bidarra, A. (2007).Modelo pedagógico Virtual da Universidade Aberta. Lisboa:Universidade Aberta.

Perista, H. et al. (2016), Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal, Lisboa: CESIS.

UN (1995). Declaração e Plataforma de Acção de Pequim.

UNESCO. 2020. Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Uma nova geração: 25 anos de esforços pela igualdade de gênero na educação. Paris, UNESCO.

UNGA (1979). Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher – CEDAW

Vaquinhas, I. (2009). Estudos sobre a História das Mulheres em Portugal: As Grandes Linhas de Força no Início do Século XXI. R.Inter.Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.1, p.241-253.

Vieira, C. P.; Duarte, M. (2021). Tempos de pandemia: é uma questão de género - Pensar a Intervenção Social nas desigualdades estruturais em épocas de crise. FIALHO, J. (org). Manual para a intervenção social. Da teoria à ação. Lisboa: Edições Sílabo. (ISBN: 978-989-561-187-4).

Walby, S. (2011). The future of feminism. London: Polity Press.